

NA SENDA DOS MORTAIS: OS MENORES ESCRAVIZADOS DE SANTO AMARO DO JABOATÃO A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO CARTORIAL, JORNALÍSTICA E PAROQUIAL (1850-1877)

IN THE FOOTSTEPS OF MORTALS: ENSLAVED MINORS IN SANTO AMARO DO JABOATÃO BASED ON NOTARIAL, JOURNALISTIC, AND PARISH RECORDS (1850–1877)

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-012>

Eduardo Ribeiro Xavier

Mestrando em História pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Professor efetivo da Rede Pública Estadual de Pernambuco

E-mail: edribeiro1995@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa as experiências de crianças e jovens escravizados da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão na segunda metade do século XIX. Os infantes, mesmo com pouca idade, manifestavam consciência e formas de resistência. Nas fontes, não são incomuns registros que revelam fugas, conflitos e, muitas vezes, a morte precoce como desdobramento. Nesse sentido, a análise dialoga com a história social inglesa, com ênfase na agência dos sujeitos históricos, e com a micro-história italiana, utilizando o paradigma indiciário como instrumento metodológico. Essa investigação visa preencher a produção historiográfica sobre a Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão na segunda metade dos oitocentos, lugar que carece de estudos sistemáticos. A pesquisa baseia-se na triangulação de registros paroquiais (óbitos), imprensa local e documentos cartoriais (alforrias, doações e hipotecas) que foram produzidos no 1º Ofício de Notas de Jaboatão.

Palavras-chave: Escravidão; Escravizados; Infâncias; Jaboatão; Jovens.

Abstract

This article analyzes the experiences of enslaved children and youth in the Parish of Santo Amaro do Jaboatão during the second half of the 19th century. Despite their young age, these children manifested awareness and forms of resistance. In the sources, records revealing escapes, conflicts, and frequently premature death as a consequence are not uncommon. In this sense, the analysis dialogues with English social history, emphasizing the agency of historical subjects, and with Italian microhistory, utilizing the evidentiary paradigm as a methodological tool. This investigation aims to fill a gap in the historiographical production on the Parish of Santo Amaro do Jaboatão in the second half of the nineteenth century, a locality that lacks systematic studies. The research is based on the triangulation of parish records (deaths), local

press, and notary documents (manumissions, donations, and mortgages) produced by the 1st Notary Office of Jaboatão.

Keywords: Childhoods; Enslaved people; Jaboatão; Slavery; Youth.

1 INTRODUÇÃO

Os escravizados com idade inferior a 17 anos de Santo Amaro do Jaboatão com suas experiências são o objeto de estudo deste artigo. Mais do que relatar a violência a que essas pessoas foram submetidas, importa entender como esses personagens mesmo inseridos na estrutura do escravismo resistiam, fugiam, ou até tinham suas vidas abruptamente interrompidas pela morte. A hipótese que orienta essa pesquisa é que tais estratégias podem ser observadas nas fontes, desde que o historiador perceba o fio condutor através do paradigma indiciário da documentação, utilizando a micro-história italiana de Ginzburg.

Em conformidade com a redução de escala interpretativa de análise e observação, observando os detalhes através do paradigma indiciário, a história social inglesa, principalmente através de E.P Thompson, nos oferece ferramentas elucidativas como os conceitos de experiência, classe e consciência, assim como também agência. Seu método manifesta-se principalmente ao estudar a formação da classe operária inglesa e, em tal, foi evidenciado que a classe não é dado fixo, ou uma categoria estática, mas uma manifestação das relações humanas, sobretudo a partir das experiências. É justamente a soma das experiências dos indivíduos nas conjunturas que forjam a consciência. Essas consciências por vezes são fragmentadas por vezes contraditórias. Thompson afirma que: das subseqüentes formações de classe, [...] a consciência de classe emergente”. (Thompson, 1998, p. 21). Ou seja, é na formação do cotidiano que a consciência não só se constrói, como se manifesta.

Sobre tais elementos, é importante destacar que esse estudo não tem o objetivo de construir narrativas que levem a uma interpretação simplória das características históricas, sobretudo ao evocar o binômio senhor/escravo. Isso é simplificar demais a relação. A transposição dos conceitos de Thompson exige cautela, pois não se trata de equiparar o proletariado inglês e escravizados, mas de mobilizar a noção de experiência como articulação entre estrutura e ação.

Esse estudo está levando em consideração como crianças cativas e jovens escravizados que residiam em Jaboatão, e, que possuíam até 17 anos. Cientes de que as categorias de infância no século XIX não correspondem às definições contemporâneas, pois o que atualmente a sociedade convém chamar de adolescente, não era uma categoria biológica ou social existente na segunda metade dos oitocentos. Portanto, o recorte estudado dos sujeitos históricos envolve aqueles que na perspectiva contemporânea são considerados menores de idade.

No Brasil, as crianças escravizadas eram percebidas pelas elites como propriedade e, como tal, permitiam a possibilidade de investimento e lucro, principalmente quando eles vinham com suas mães. José Roberto de Góes e Manolo Florentino afirmam que: “O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir [...], o preço crescia”. (Goés; Florentino, 2010, p. 172).

Aprofundando o debate, Marília B. A. Ariza, chega à conclusão de que ser uma criança escravizada no Brasil é uma condição ambígua, ou até mesmo imprecisa. Sua observação reforça os argumentos propostos por Góes e Florentino de que as documentações sobre a escravidão mostram os diversos trabalhos realizados por crianças com idade a partir dos quatro anos e que não são casos isolados. Em suas palavras, afirma que: “Para as crianças escravas, contudo, o tempo da infância consistia num intervalo breve entre os primeiros anos de vida e o ingresso precoce no mundo do trabalho”. (Ariza, 2018, p.171).

Relacionado a isso, a Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão estava emaranhada dentro das relações escravagistas dos oitocentos. A região era compreendida por ser uma localidade de estrutura rural com um pequeno núcleo urbano. Segundo o Diário de Pernambuco, em uma notícia publicada no dia doze de fevereiro de 1858, aproximadamente 46 engenhos produziam açúcar, aguardente, madeiras, alguma produção de gado e gêneros alimentícios.

Com sua estrutura majoritariamente agrária, Santo Amaro do Jaboatão impõe um modelo de trabalho agrícola às crianças escravizadas e consequentemente estratégias próprias de sobrevivência, cabíveis dentre as possibilidades. Sendo assim, compreende-se Jaboatão da seguinte forma:

Desta maneira, é importante destacar que de forma geral Santo Amaro do Jaboatão na metade do século XIX tem dimensões muito diferentes de Jaboatão dos Guararapes do século XXI. Por volta de 1850, Cavaleiro estava ligada administrativamente a Freguesia do Afogados. Muribeca e toda região vizinha eram uma Freguesia própria. Portanto, Santo Amaro do Jaboatão compreendia de forma geral o que hoje convencionamos a chamar de Jaboatão Velho (Centro), Engenho Velho, Socorro, Moreno e engenhos adjacentes. É importante salientar que nessa época, Moreno ainda não era um município, e emancipa-se apenas em 1928. Sendo assim, neste artigo vamos trabalhar os engenhos de Moreno como Jaboatão porque o eram no século XIX. (Xavier, 2025, p. 6).

Sob essa ótica, queremos analisar e explicitar a vida de meninos e meninas que foram escravizados em Santo Amaro do Jaboatão. Especialmente por ser uma região que é pouco estudada no período dos oitocentos. O presente artigo organiza-se em três eixos: as experiências registradas nos jornais, as relações de posse evidenciados na documentação cartorial e, por fim, a mortalidade das crianças escravizadas registrados no livro de óbitos da Paróquia de Santo Amaro.

2 ENTRE OS “IDEIOSOS” E “ARDILOSOS”. AS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS DE SANTO AMARO DO JABOATÃO NAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

No dia vinte e seis de março de 1863, um morador da Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão publicou um anúncio no Diário de Pernambuco. Seu tom era de descontentamento e raiva. Theodoro, de 16 anos havia fugido. O jovem escravizado havia surpreendido seu senhor. Através do discurso feito no periódico, percebemos alguns elementos importantes da vida de Theodoro.

Apesar de sua pouca idade, seu corpo é descrito como reforçado e de mãos bem grossas, ou seja, sua condição de trabalho braçal vinha de muitos anos. Em um de seus braços, havia uma cicatriz que o texto descreve como “um talho de formão, cujo mulatinho andava trabalhando em companhia do mestre carapina Theodoro João da Cunha que também era conhecido como Catanho”.

O caso de Theodoro não é o único. Crianças pequenas ou até as maiores, que hoje se convencionou chamar de adolescentes resistiam. Fugiam, lutavam, ofereciam-se para ser compradas. Havia inúmeras maneiras de evidenciar suas vontades, embora os custos fossem altos e arriscados.

Uma prova disso é a atitude tomada por Raymundo. O menino que era mais uma das crianças escravizadas, em um ato de desespero, ou quem sabe uma atitude plenamente calculada, decidiu fugir. O Diário de Pernambuco noticiou no dia vinte e dois de janeiro de 1851 que o garoto, descrito como “cabrinha”, tinha na situação uma idade estimada entre 11 e 13 anos. Desapareceu levando camisa e ceroulas novas de algodão e um chapéu de palha usado.

As características de Raymundo são descritas como tendo seis palmos e quatro dedos de altura, o que nos mostra que era um jovem de pequena estatura. Além disso, era “espadaúdo”, ou seja, de ombros largos. Tinha cabelos vermelhos e uma fístula na barriga, que foi uma apostema. Isso denuncia problemas de saúde, provavelmente derivados das condições insalubres em que vivia.

No entanto, o que chama mais atenção na história de Raymundo é que o anúncio diz que sua fuga do Engenho Novo de São José, um dos engenhos da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, provavelmente foi com o destino para o sertão, pois esse menino era muito “ideioso”.

A definição do que é ser “ideioso” é de uma reflexão bastante importante. Compreender isso é perceber que os escravizados não eram passivos ao sistema imposto. As crianças cativas, entendidas como ingênuas, provaram que não eram. A vida, a violência, o sistema escravagista com seu trabalho compulsório e os maus tratos constantes obrigavam os jovens a amadurecerem muito depressa, a serem adultos em corpos pequenos, tal como boa parte da sociedade idealizava.

O próprio anúncio termina respondendo ao questionamento do que é ser “ideioso”. Longe de ser um elogio, a notícia diz que Raymundo, provavelmente ao rumar para o sertão, pode ter mudado de nome, pois já não era a primeira vez que o menino havia feito isso. Inclusive, anteriormente, intitulava-se como forro

por ser um cabra. O texto termina dizendo que quem o encontrar e o conduzir novamente ao dito engenho receberia uma recompensa de 30.000 réis.

A agência desses indivíduos fica bastante evidente no caso de Raymundo. Não havia passividade do escravizado, nem quando tinha tão pouca idade ou quando ainda sua saúde permanecia debilitada. A trajetória de Raymundo mostra que sua consciência estava desenvolvida e, no seu caso, a luta foi uma necessidade. Sobre atitudes semelhantes às de Raymundo, Marcus Carvalho afirma que:

Por essa razão, deve-se estudar as estratégias de resistência e sobrevivência que não implicavam numa fuga para o mato nem em deixar necessariamente a cidade. Fingir de forro pelas ruas, mudar de dono quando achasse conveniente ou arrumar alguém que lhe escondesse por algum tempo são algumas dessas alternativas visando contornar, e não confrontar, as imensas restrições impostas pelo regime escravista. (Carvalho, 2022, p. 25).

Em consonância ao relato de Raymundo, Benedicto, pardo, com idade entre 16 e 17 anos, morador do Engenho Socorro, fugiu no dia primeiro de outubro de 1866. O anúncio de seu feito foi publicado na data do dia dezoito do mesmo mês. Benedicto é descrito como um menino de altura regular, cheio do corpo e bastante “ardiloso”.

Assim como no caso anterior, é pertinente questionar o adjetivo atribuído a Benedicto. O ser “ardiloso” em uma sociedade escravagista como o Brasil, especialmente em uma área rural como Santo Amaro do Jaboaão, exigia que a sobrevivência se desse através de estratégias. Era necessário pensar, calcular, mobilizar e agir. Transpor da idealização para práxis. Nessa sociedade, o escravizado que desenvolvia criticidade era taxado pela classe dominante como rebelde ou subversivo.

Seria Benedicto um subversivo? Na ótica da classe senhorial, atrelado as circunstâncias que envolvem o desenrolar da notícia, prova-se que esse é o sentido da expressão “ardiloso” utilizada pelo seu proprietário. Benedicto andou na praça por três dias e obteve duas cartas de recomendação que pediu a pessoas amigas do seu senhor, e com elas tem iludido a vigilância e a polícia.

O texto conclui informando que Benedicto foi comprado ao capitão da Guarda Nacional Manoel do Nascimento Silva Bastos. O anúncio termina informando que será gratificado quem levar o referido escravo a seu senhor. A utilização de um aparato legal para resistir à escravidão foi a estratégia empreendida por Benedicto. O uso estratégico dos instrumentos legais disponíveis.

O desconhecimento dos escravizados por parte de seus proprietários também era um elemento que possibilitava as crianças a resistirem, a fugir. No dia vinte e sete de novembro de 1861, foi publicada uma notícia que informava a fuga de uma menina, descrita como ‘mulatinha’ ou ‘cabrinha’ de idade oito ou nove anos. O texto não menciona seu nome em momento algum. Inclusive, existe a possibilidade do seu proprietário sequer saber como a menina se chamava.

As poucas informações que se tem da menina é a afirmativa que o jornal diz que ela foi auxiliada por alguém. Além disso, suas características físicas são descritas como: cor fula, cabelos carapinhados, nariz chato, dentes atravessados e sua fala era com língua nos beiços. Ela havia sido comprada por dívida a Manoel Inácio de Siqueira Cavalcanti, do Engenho Mussaíba.

Se os periódicos relatam as agências das crianças em um meio de comunicação que era a voz das elites, as documentações cartoriais relatam de forma mais explícita as relações de posse. Nos documentos oficiais, evidenciam-se a propriedade em uma ótica diferente das que são apresentadas nos veículos de fala coletiva. O objetivo é de promover a propriedade e a legalidade da escravidão na sociedade imperial.

3 ENTRE O PARENTESCO E A POSSE: A VIDA DAS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS EM SANTO AMARO DO JABOATÃO A PARTIR DAS DOCUMENTAÇÕES CARTORIAIS

Por reconhecer que é meu filho, que pela fragilidade humana, o tive da mulata de nome Izabel, já falecida, escrava que foi do dito meu pai e como tal o tenho tido e mantido e lhe dei o officio de caipina. (Trecho da carta de alforria de Mariano. Dia 09/06/1858.)

Essas palavras foram ditas por José Joaquim da Costa Figueiroa, na carta de alforria que foi registrada no cartório do 1º Ofício de Notas de Jaboatão, no dia nove de junho de 1858. Nesse documento, José Joaquim compra um menino que era seu filho, um menino descrito como mulato cujo nome é Marianno.

José Joaquim comprou Marianno do seu pai, homem cujo nome não é revelado. No documento de alforria do menino, constam informações sobre suas características e sua história social e familiar. Um desses elementos refere-se ao seu tempo de vida. A narrativa textual diz que sua compra se deu quando a criança era de “tenra idade”.

A venda do menino se deu com a condição de ser liberto, pois José Joaquim reconhece a paternidade de Marianno, inclusive em documentação oficial cartorial. Em uma tentativa de justificar a atitude de ter mantido uma relação sexual com a escravizada de nome Izabel, cativa do próprio pai, afirma que isso ocorreu pela “fragilidade humana”.

As circunstâncias sobre as condições da concepção de Marianno foram atenuadas pelo eufemismo. Sob o argumento da tal “*fragilidade humana*”, revela-se a probabilidade de um caso de violência sexual atrelada à escravidão. Marcus Carvalho afirma que: “A escravizada sofria assédio, o estupro e a opressão sexual generalizada por parte dos senhores” (Carvalho, 2022, p. 161). Nesse caso, não é possível afirmar categoricamente pela limitação das fontes se tal violação de fato ocorreu, mas tudo indica que, em uma sociedade que percebia as vidas dos escravizados como propriedade, essa probabilidade é factível.

Como reconheceu que a criança era seu filho, José Joaquim disse que providenciaria uma profissão ao menino Marianno, o ofício da capina. Ou seja, Marianno, morador recém-nascido do Engenho Santa Anna da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, teria uma função quando crescesse. Um trabalho braçal, característico de zonas rurais, nas quais Santo Amaro do Jaboatão estava inserida.

É importante pensar e problematizar a relação entre Marianno e José Joaquim. Teria o pai a intenção de oferecer o ofício de capina ao filho para ajudá-lo em sua futura vida adulta ou seus interesses estavam em estender um laço de dependência, mesmo que oficialmente o filho não fosse um cativo. Sobre isso, Valéria Costa afirma que: “Não raras vezes continuavam a exercer as mesmas ocupações da época do cativeiro; muitos permaneciam quase presos às amarras senhoriais, enquanto outros se arriscavam um pouco mais em busca de autonomia”. (Costa, 2021, p. 28). É provável que a atribuição desse tipo de ofício não era pensado exclusivamente na futura sobrevivência do menino, mas na construção de uma liberdade vigiada, de uma relação de dependência, como Valéria Costa (2021) conduz em seus estudos.

Retomando o debate sobre as intenções de José Joaquim, as fontes nos fornecem que ele possuía mais escravizados, incluindo crianças. No dia vinte e oito de junho de 1858, José Joaquim da Costa Figueiroa realiza a doação de uma escrava de nome Emília, crioula da idade de oito anos a Marianna Joaquina dos Prazeres.

A menina Emília é avaliada como de valor aproximado de 800 mil réis, o que era uma quantia bastante considerável. A informação continua com a descrição dos motivos que conduziram à doação, e a fonte informa que o motivo para tal feito é a amizade com a senhora Marianna Joaquina dos Prazeres.

O valor elevado da doação sugere que havia laços profundos que superavam a simples relação de amizade declarada entre José Joaquim e Marianna Joaquina. Esse relato é indicativo de uma relação mais complexa que, além de tudo, envolvia a circulação de crianças escravizadas entre as residências. Dado os registros e as entradas no 1º Ofício de Notas de Jaboatão, José Joaquim não era um homem tão rico de maneira que essa doação possivelmente faria para si diferença. Provavelmente era um homem de sua época com boa condição financeira, mas não estava na classe das elites locais como os Souza Leão ou o Visconde de Suassuna, por exemplo.

Existem inúmeras outras situações que envolvem crianças escravizadas nas documentações cartoriais de Jaboatão. Em uma dessas, podemos citar casos como o de BemVinda, de quatro anos, alforriada sob condição de servir enquanto seu senhor fosse vivo. Mas também há situações que envolviam crianças escravizadas nos documentos de débitos, obrigações e hipotecas.

São os casos de Luiza, crioula de 16 anos, Francisco, crioulo de dez anos e Josefa mulata de dez anos. Manuel José de Sousa, morador do Engenho Javundá hipotecou seus escravizados acima citados no dia dezesseis de agosto de 1858 ao Major Antônio dos Santos de Sousa Leão, morador do Engenho

Sapucaia. Manuel José de Sousa era devedor da quantia de dois contos e quatrocentos e trinta e nove mil e seiscentos e dezesseis reis.

As fontes não informam o que os escravizados fizeram ou quais foram seus desfechos, no entanto, mostram-nos a força do sistema, que transformou crianças em ganho financeiro, garantia de pagamento de dívida e, consequentemente, objeto.

Enquanto os jornais representam a voz das elites nos meios de comunicação e os documentos cartoriais a força estatal de legitimação do regime, as fontes paroquiais nos fornecem subsídios para compreendermos a manifestação máxima da violência sistêmica e da negligência às crianças escravizadas: a morte.

4 VIVER POUCO E MORRER CEDO: AS CRIANÇAS ESCRAVIZADAS DA FREGUESIA DE SANTO AMARO DO JABOATÃO A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO PAROQUIAL

A morte é um fenômeno biológico que os seres humanos estão submetidos. Na cosmovisão cristã, a bíblia retrata de forma poética quando diz: “És pó e em pó te tornarás”. (Bíblia, Gênesis 3:19). No entanto, fatores sociais, políticos e econômicos podem abreviar a passagem humana na senda dos mortais. Partindo dessa perspectiva, a questão observável e debatível não é necessariamente a morte, caminho de todo humano, mas os fatores que propuseram a abreviação da vida.

No que diz respeito às mortes das crianças cativas da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, a interpretação dos fatos será de forma qualitativa, pois o único livro de óbito a chegar até nossos dias é o correspondente aos anos de 1862 a 1877, condição que permite apenas realizar o trabalho de dados por amostragem.

Contudo, é importante matizar os dados obtidos a partir das premissas das mortes. Os registros eram realizados em igrejas, e o discurso sobre os falecimentos partiam exclusivamente das declarações dos senhores. Ou seja, não havia exames, contestações ou críticas. Por conta disso, não há casos registrados de mortes por violência explícita e, desta forma os discursos de piedade senhorial imperavam, sobretudo, quando se envolvia um escravizado morto em hábitos funerários.

Seguindo esse prisma analítico, para que a compreensão dos casos mortis se torne mais eficaz, os óbitos foram divididos e compreendidos sistematicamente através dos tipos das doenças. Para tal, foram levados em consideração as mortes por doenças respiratórias como a tuberculose, além de outros tipos de enfermidades como vermes, sarna, câmara de sangue, mazelas não descritas coerentemente, constipação, varíola, sarampo, inflamação e subnutrição.

As doenças respiratórias vitimaram muitas crianças. A tuberculose, talvez a mais forte das que compõem esse grupo era também conhecida como febre “hectáfica” ou ainda de “tzica”, uma patologia extremamente contagiosa e letal, que era responsável por muitas mortes nos oitocentos. No entanto,

determinadas condições de vida como trabalho exaustivo, insalubridade, má alimentação e castigos físicos enfraqueciam o sistema imunológico e conduziam a uma maior probabilidade de contágio e óbitos. Ou seja, por mais que todos eventualmente pudessem ser contaminados, os escravizados representam o que a medicina contemporânea chamaria de grupo de risco. Um exemplo disso, é o caso de Marcelino que possuía 14 anos e era morador do engenho Goiabeira. Foi sepultado no dia um de novembro de 1864. Vitimado na mesma condição, Apolinio de seis anos, foi enterrado no dia vinte e um de outubro de 1867. Apolinio era filho de Amélia, uma das muitas escravizadas do Visconde de Suassuna.

Chalhoub, em *Cidade Febril*, analisa casos de morte por moléstias respiratórias, e chega à conclusão que tais males assolavam os escravizados, principalmente por conta da insalubridade social que estavam inseridos. Em suas palavras afirma:

Em outras palavras, o que provava que as condições de saúde pública estavam se deteriorando não era apenas a ocorrência eventual de epidemias de febre amarela, varíola, cólera etc., mas a mortandade crescente e constante pela tísica, uma doença que o saber médico da época já associava diretamente às condições de miséria em que vivia a população. (Chalhoub, 1996, p. 32).

Seguindo esse raciocínio, Chalhoub demonstra a ocorrência de uma série de epidemias e mortes relacionadas às condições de miséria em que a população escravizada vivia. Em sua reflexão, ele aponta não apenas a tísica (tuberculose), mas a febre amarela, varíola e cólera. Em Santo Amaro do Jaboatão, os registros também indicam óbitos por verminoses, sarna e câmara de sangue. Nessa perspectiva, Maria, com dois anos, escravizada de João Antônio da Costa Figueiroa, faleceu por conta de vermes. Semelhantemente, Valentina, filha da cativa Marcina, pertencente ao Visconde de Suassuna, com um ano, morreu vítima de sarna, tendo o seu sepultamento ocorrido no dia dezenove de julho de 1865.

Paralelo às misérias que a população cativa estava submetida, fator que ampliava consideravelmente as possibilidades de contágio e óbito, o Visconde de Suassuna providenciou o rito fúnebre de Valentina que foi envolvida em hábito branco. Se o descaso e a insalubridade eram fatores que facilitariam as mortes, especialmente as de crianças, a classe senhorial precisava transmitir a impressão de piedade e religiosidade para manutenção do *status quo* e a solidificação de seu prestígio senhorial. João José Reis, ao realizar análises de casos de mortes, chega à mesma conclusão ao afirmar que: “Manifestações de luto não eram recíprocas, pois não consta que senhores se enlutassem por escravos. Isso reforça a ideia de que o luto escravo funcionava como um mecanismo simbólico de controle e uma expressão de prestígio senhorial” (Reis, 1991, p. 134). Ou seja, sua atitude não se fundamentava exclusivamente ao levar em consideração a vida perdida ou aos sentimentos da mãe Marcina. A sarna era uma doença tratável no século XIX.

Bem vinda, com 11 anos, é mais uma das vitimadas pelas condições insalubres da qual as crianças escravizadas estavam inseridas. Seu sepultamento ocorreu no dia doze de junho de 1867, tendo como causa

mortis “câmara de sangue”, uma das maneiras que a disenteria era conhecida no Brasil dos oitocentos. A “câmara de sangue” tinha como um de seus sintomas mais evidentes sangue e muco expelidos nas fezes. Seu contágio, segundo os autores da obra *Cidades Negras*, se dava: “Com alimentos e água invariavelmente contaminados” (Farias *et al.*, 2006, p. 17).

Ou seja, as condições de alimentação e água eram causa prioritária e primordial para contaminação. Há também a possibilidade de contágio por contato direto pelas fezes dos doentes nos alojamentos que os cativos ficavam, ou seja, a insalubridade que os escravizados eram submetidos pela classe senhorial.

Outro exemplo do descaso senhorial em relação direta com os escravizados é o caso de Manoel, que teve uma vida bastante abreviada. Com dois meses de idade foi sepultado no dia vinte e seis de agosto de 1865, tendo sido o motivo de seu falecimento a causa “de repente”. A ausência de investigação sobre a causa mortis de Manoel explicita a coisificação do cativo aos olhos do seu proprietário, para quem a morte de um menino com apenas dois meses não necessitava portanto de maiores esclarecimentos. O “de repente” já bastava.

A constipação também ceifou muitos indivíduos. Casos como os de Claudina, de 11 anos, filha de José e Agostinha e escravizada de Felipe de Araújo, assim como João, com 4 anos, escravo de João Felipe Cavalcante, padeceram do mesmo mal. Foram sepultados respectivamente nas datas de 01/04/1873 e 17/01/1874.

Miguel, escravizado do Visconde Suassuna, Tinha 11 anos quando morreu de bexiga (varíola); Severina, moradora do Engenho Catende, de 16 anos, crioula, escrava de Manoel Antônio Dias, morreu de Sarampo e foi sepultada no dia quatro de julho de 1873.

Não se observa no livro de óbitos analisado que a lei do Ventre Livre tenha diminuído de forma significativa a mortalidade infantil. Depois da promulgação da lei de 1871, os rebentos dos cativos deixaram oficialmente de nascer subjugados para viverem como escravizados de forma extraoficial. Como filhos daqueles que estavam no cativeiro, passaram a desfrutar de um limbo social do qual não poderiam mais ser utilizadas como objeto especulativo, o que as levou ao mais forte desprezo. Perderam então o intuito substancial do lucro. Maria Helena Pereira Toledo Machado, ao refletir sobre o tema afirma: “a lei do Ventre Livre, ao libertar o “ingênuo” mas colocá-lo sob a tutela do senhor (ou do Estado) até os 21 anos, voltou a colaborar para separar mães e filhos, uma vez que a autoridade parental se manteve na mão dos senhores”. (Machado, 2018, p. 339, 340).

Em diálogo com o raciocínio de Machado, há casos de mortes listadas de crianças que eram livres pela legislação, mas que socialmente continuavam nos grilhões do sistema. Por exemplo, podemos destacar os casos de Lomencia, com 10 meses, filha legítima de Vicente e Antônia, escravos de José Joaquim de Sá Barreto.

Sua causa mortis é descrita como inflamação. Era moradora do Engenho Mato Grosso e foi sepultada no dia quinze de março de 1872. Caso semelhante houve com Raphael, que tinha 10 anos quando partiu deste mundo. Nascera escravizado da senhora dona Guilhermina Carvalho da Silva, proprietária do Engenho Palmeiras. Morreu de inflamação nos fígados e foi sepultado no dia dezoito de junho de 1874. Raphael era um menino forro, em um contexto que as alforrias já não poderiam ser revogadas.

Para concluir nossas análises, no dia dezoito de outubro de 1875, Alexandra, parda, com 5 meses, filha natural de Maria dos Anjos, morreu no engenho Macujé por falta de leite. O documento paroquial não nos fornece mais informações sobre a vida de Maria dos Anjos, se era uma mulher forra ou cativa. No entanto, a criança Alexandra está inserida em um contexto que para muita gente sua vida já não tinha muito valor.

A morte de Alexandra por falta de leite levanta possibilidades que o silêncio das páginas não nos permite confirmar. Desnutrição materna ou até mesmo a possibilidade de sua mãe ser cativa e, como tal, ter sido alugada como ama para alguma família enquanto sua filha padecia. Se essa última possibilidade foi o caso, Lorena Telles, esclarece que: “As dificuldades e restrições impostas a elas impossibilitavam que destinassem os cuidados desejados a seus filhos, os quais estavam sujeitos ao desmame precoce, as separações temporárias e por vezes à morte”. (Telles, 2018, p. 101). O registro paroquial foi eficiente em registrar o óbito da menina, de fornecer informações sobre sua mãe, mas não tão eficaz nas circunstâncias que permeiam o ocorrido.

A sociedade escravocrata com suas contradições latentes entre o domínio senhorial e a aparência religiosa que convergiam para posse de outros seres humanos hierarquizava vidas. Nesse modelo, através da lógica do capital e do poder social, eram subjetivamente decididas as crianças que teriam que viver pouco e morrer cedo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo, buscamos demonstrar as ações das crianças escravizadas da Freguesia de Santo Amaro do Jaboaão. Longe de serem apenas vítimas ou de serem heroínas, as crianças por meio de consciências forjadas na experiência, elaboraram estratégias de resistência no escravismo de Jaboaão, conforme a perspectiva thompsoniana. Essas experiências são observadas e manifestaram-se no cotidiano e foram registrados os casos daqueles que fugiram como Raymundo e Benedicto, em jornais como o *Diário de Pernambuco*, há as que estão nos documentos cartoriais do 1º Ofício de Notas que foram alforriadas como Marianno, doadas como Emília, hipotecadas como Luiza, Francisco e Josefa. Também não se pode deixar de lembrar daquelas que faleceram e seus relatos estão no livro de óbitos da Paróquia de Santo Amaro. Casos como o de Alexandra, Marcelino, Apolinio, Valentina e muitos outros.

A triangulação das fontes cartoriais, jornalísticas e paroquiais nos permitiram compreender por diferentes prismas analíticos, as características das vidas dos sujeitos que estavam orquestradas dentro de uma engrenagem violenta e que estavam socialmente vulneráveis. Nem as relações de parentesco resguardavam esses meninos. Casos como o de Marianno, menino escravizado que foi alforriado, mas possivelmente mantido sob a dependência do pai, ou de crianças cujas mães não foram capazes de as proteger como na situação de Alexandra. Nesse contexto, aqueles que conseguiam ser “ardilosos” e “ideiosos”, e que conseguiam desenvolver estratégias de sobrevivência como Benedicto e Raymundo se sobressaíam nesse sistema marcado pelo descaso e pela indiferença à vida dos cativos.

Ao realizar esta pesquisa, o estudo contribuiu para compreender sobre Jaboatão da segunda metade dos oitocentos, assim como o estudo de escravizados infantis tema ainda em desenvolvimento na historiografia regional, sobretudo na localidade do estudo. Afinal, como advertiu Marília B. A. Ariza: “Os filhos das escravas são personagens fugidos da história”. (ARIZA, 2018, p. 169). Neste estudo, buscou-se evidenciar suas experiências históricas.

REFERÊNCIAS

Arquivos:

IGREJA CATÓLICA. Paróquia de Santo Amaro (Jaboatão dos Guararapes, PE). **Livro de Óbitos** (1862-1877). Arquivo Paroquial de Santo Amaro, Jaboatão dos Guararapes.

JABOATÃO. Primeiro Ofício de Notas de Jaboatão. **Livro de Notas** (1857-1860). Acervo do Instituto Histórico de Jaboatão (IHJ), Jaboatão dos Guararapes.

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1850-1859. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 3 mar. 2026.

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1860-1869. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 15 abr. 2026.

Bibliográfica:

ARIZA, Marília B. A. Crianças/Ventre livre. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

BÍBLIA. Gênesis. In. BÍBLIA. **Bíblia Sagrada** - Harpa Cristã. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil; Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: Rotinas e Rupturas Do Escravismo No Recife, 1822-1850. 2. Ed. Recife: Cepe, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Valéria Gomes. **Ôminira**: mulheres e homens libertos da costa d' África no Recife (c. 1846 - c. 1890). São Paulo: Alameda, 2021.

GOÉS, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TELLES, Lorena Féres. Amas de Leite. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Eduardo Ribeiro. Resistência e liberdade: as relações de poder no escravismo da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão (1850-1860). In: **XIX COLÓQUIO DE HISTÓRIA; IX COLÓQUIO DO PPGH**, Recife, 2025. Anais [...]. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2025. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/coloquiodehistoria/article/view/3572/3038>. Acesso em: 16 fev. 2026. ISSN 2176-9060.